



 Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	 Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	Licença Ambiental Nº 009132 Validade 11/09/2029 Protocolo 241894177
---	--	---

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 241894177, expede a presente Licença Ambiental Simplificada à:

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU			
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física 01612634000168		Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física ISENTO	
Endereço AVENIDA BRASILIA, 551			
Bairro CENTRO	Município Espigão Alto do Iguaçu	UF PR	Cep 85465000

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	
Tipo de empreendimento/atividade RECAPEAMENTO ASFÁLTICO SOBRE ESTRADA RURAL	
Endereço LINHA MATO QUEIMADO/ LINHA CALAMÂNCIO	Bairro Zona Rural
Município Espigão Alto do Iguaçu	Cep 85465000
Corpo Hídrico do Entorno Iguaçu	Bacia Hidrográfica Iguaçu
Destino do Esgoto Sanitário *****	Destino do Efluente Final *****

03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

- Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento

1. A totalidade dos documentos constantes do presente processo administrativo ora requerido, e apresentado pelo requerente, foi recebido, conferido e aceito, sendo assim, considerado completo. Desta forma, a sua conformidade com o que estabelece a legislação ambiental vigente é de total responsabilidade do referido Protocolo, sendo que são vedados o recebimento e a protocolização de processos administrativos, sem que tenham sido cumpridas todas as exigências documentais necessárias para a modalidade de licenciamento solicitado.

2. Esta Licença Ambiental foi emitida de acordo com o que estabelece o decreto nº 6.548, da Lei nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, aprovando a localização e autorizando a execução de obras de caráter temporário conforme as especificações constantes em requerimentos, cadastros e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes determinadas pelo Instituto Água e Terra – IAT.

3. Esta Licença Ambiental é válida para recapeamento asfáltico sobre duas estradas rurais distintas:

a) Estrada Rural - Mato Queimado até a Linha Calamâncio, com início no ponto UTM 22J 313560.85 m E - 7195364.23 m S e final 314710.51 m E - 7193041.05 m S, com extensão de 3.000 metros e área a ser recapeada de 24.000m².



b) Estrada Rural - Vorá até a Linha Calamâncio, com início no ponto 317349.96 m E - 7194742.58m S e ponto final nas 315460.80 m E - 7193020.30 m S, com extensão de 3.000 metros e área a ser recapeada de 24.000m².

4. Fica autorizada a pavimentação asfáltica, somente com a largura existente.fica proibido o alargamento das vias.

5. Apresentar Laudo de Conclusão de Obra, emitido por profissional habilitado, acompanhado de ART-Anotação de Responsabilidade Técnica quando do término das obras, mencionando esse mesmo protocolo.

6. A concessão desta Licença Ambiental não dá direito e não autoriza a supressão de vegetação nativa.

7. Esta licença foi concedida com base nas informações constantes no Cadastro de Empreendimentos

 Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	 Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	Licença Ambiental Nº 009132 Validade 11/09/2029 Protocolo 241894177
<p>Viários-CEV apresentado pelo requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza sujeitas pela legislação federal, estadual ou municipal.</p> <p>8. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79-Artigo 7º, § 2º.</p> <p>9. Placas de obras e sinalização de trânsito provisório devem ser instaladas nas proximidades das áreas durante a execução das obras.</p> <p>10. Na hipótese de identificada ação judicial, na esfera estadual ou federal, em conexão com o objeto do licenciamento ambiental, o Instituto Água e Terra após a análise técnica e jurídica poderá suspender a mesma, independente da fase em que se encontra.</p> <p>11. Deverá ser evitada, de todo modo, a contaminação dos cursos de água, rede de drenagem ou outros por carreamento do solo.</p> <p>12. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.</p> <p>13. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.</p> <p>14. Quaisquer operações e/ou equipamentos que envolvam a utilização de produtos líquidos poluentes, tais como combustíveis em geral, óleo lubrificante, hidráulico, de corte, produtos químicos em geral e outros eventuais, quaisquer sejam, deverão ser dotados de dispositivos de contenção adequados, instalados nos locais onde a referidas operações forem realizadas e/ou onde os mencionados equipamentos estiverem.</p> <p>15. A Licença Ambiental não isenta a necessidade de requerer autorização florestal para qualquer supressão vegetal a ser realizada na área objeto do presente requerimento.</p> <p>16. Fica expressamente proibida a interferência em áreas de preservação permanente conforme Código Florestal, Lei 12.651/2012.</p> <p>17. Os trabalho de implantação deverão ser executados de maneira a não causar danos ambientais nos imóveis localizados no entorno do empreendimento, e os resíduos que restarão destas atividades deverão ter destinação ambiental adequado</p> <p>18. Nenhum residual, combustíveis de limpeza, materiais inertes ou contaminados, resultantes da limpeza ou descargas de equipamentos ao final de cada dia de atividade, ou no decorrer deste, poderá ser lançado ou deixado ao longo do trecho trabalhado, no acostamento, canaletas ou qualquer outro local que possa causar de qualquer forma, contaminação aos corpos hídricos, solo ou vegetação, dentro da área onde serão executadas as obras e ao seu entorno.</p> <p>19.. A implementação das obras deverá gerar o menor impacto possível à fauna, devendo os executores adotarem medidas em caráter de urgência caso ocorra algum incidente envolvendo animais de qualquer espécie;</p> <p>20. O não atendimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes as sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/08.</p>		
<p>Local e data</p> <p>Guarapuava, 11 de setembro de 2025</p>		
<p>O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.</p>		<p>Carimbo e assinatura do representante do IAP</p>

Documento: **LAS009132MunicipiodeEspigaoAltodolguacu241894177110925.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Marco Antonio Silva (XXX.067.807-XX)** em 11/09/2025 14:30 Local: IAT/ERGUA-GERMIG/CHEFIA.

Inserido ao protocolo **24.189.417-7** por: **Marco Antonio Silva** em: 11/09/2025 11:32.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
1e0f7dce9b037982ff7c006b61562db9.